



Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José e Fernando Jorge de Oliveira Paulino.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a seguinte saudação aos atletas do UFCI, Tiago Romão e Inês Marques, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 5:
*“A Câmara Municipal de Setúbal saúda os atletas Tiago Romão e Inês Marques pela qualificação para a Seleção Nacional de Corrida de Trail, que vai representar Portugal no Campeonato Mundial de Junho em Itália e em 2018 em Espanha.
O direito de representar Portugal foi obtido pela conquista da prova do Campeonato Nacional de Ultra Trail que se disputou em Vila do Rei no dia 11 de março, vencendo respetivamente nas categorias +40 masculino e +40 feminino.*

A saudação que agora endereçamos estende-se naturalmente ao clube que representam, a União Futebol Comércio e Indústria, que esta época tem feito ótimos resultados numa modalidade que está em grande expansão, o trail ou corrida de trilhos de montanha. A Câmara Municipal de Setúbal faz votos de felicidades e sucesso na competição da Seleção Nacional, contribuindo para a elevação do nome da cidade e do clube a nível do trail internacional.

Submetida a votação foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Pedro Pina – Este fim-de-semana que passou tivemos a nossa “Meia Maratona Alegre”, com uma participação massiva, quer no sábado com a corrida das crianças, quer no domingo.

Sabendo que são tudo vereadores e vereadoras em excelente forma, vamos aproveitar este momento para deixarmos uma pequena lembrança da respetiva prova, nomeadamente uma “t-shirt” e uma medalha, para na primeira oportunidade que tiverem, poderem estrear a “t-shirt”, numa qualquer corrida, na nossa zona ribeirinha, num dos nossos parques, no sado ou na serra, aproveitando o mote da prova que está escrito na “t-shirt”, para poderem fazer uma boa prática desportiva.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 6.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 19 de abril de 2017.**
 - 2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 03 de maio de 2017.**
 - 3. Deliberação n.º 180/17 – Proposta n.º 12/2017 – GAP – Retificação à Deliberação 161/17.**
 - 4. Deliberação n.º 181/17 – Proposta n.º 04/2017 – GATUR – Aceitação de doação no âmbito de eventos realizados pelo Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Setúbal.**
 - 5. Deliberação n.º 182/17 – Proposta n.º 41/2017 – DAFRH/DIGEF – 2.ª Alteração ao Orçamento da Receita, 5.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipais e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 6. Deliberação n.º 183/17 – Proposta n.º 42/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Reversão de parcela de terreno, sita na Quinta do Paraíso, cedida em direito de superfície à União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia.**
 - 7. Deliberação n.º 184/17 – Proposta n.º 43/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência do direito de superfície sobre uma parcela de terreno, sita Na Rua de São Pedro – Bairro dos Pescadores, à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental).**
 - 8. Deliberação n.º 185/17 – Proposta n.º 44/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência do direito de superfície sobre uma parcela de terreno, sita no Vale de Cerejeiras, à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental).**

9. *Deliberação n.º 186/17 – Proposta n.º 11/2017 – DURB/DIPU/GAMOT – Condicionamentos de trânsito na EN 379-1 e acessos às praias da Arrábida – Época balnear 2017, União das Freguesias de Azeitão e União das Freguesias de Setúbal.*
 10. *Deliberação n.º 187/17 – Proposta n.º 12/2017 – DURB – Minuta do contrato de subconcessão de terreno – Estação Intermodal de Setúbal – Praça do Brasil – União das Freguesias de Setúbal.*
 11. *Deliberação n.º 188/17 – Proposta n.º 07/2017 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – FESTANIMA.*
 12. *Deliberação n.º 189/17 – Proposta n.º 82/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
 13. *Deliberação n.º 190/17 – Proposta n.º 83/2017 – DCED/DICUL – Apoio ao Grupo Desportivo Independente pela coorganização do XII Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal.*
 14. *Deliberação n.º 191/17 – Proposta n.º 84/2017 – DCED/DICUL/GAJUVE – Apoio à Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal (AAIPS).*
 15. *Deliberação n.º 192/17 – Proposta n.º 85/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Sociedade Musical Capricho Setubalense para requalificação das instalações.*
 16. *Deliberação n.º 193/17 – Proposta n.º 86/2017 – DCED/DICUL/ GAJUVE – Aceitação de doações – Programa Municipal m@rço.28 – 2017.*
 17. *Deliberação n.º 194/17 – Proposta n.º 87/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro para obras de beneficiação das infraestruturas do Clube Desportivo e Recreativo “Águias de S. Gabriel”.*
- C) *Período Destinado à Intervenção do Público.*

1. **Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 19 de abril de 2017**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto do Sr. Vereador Fernando José, por não ter estado presente nesta reunião.

2. **Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 03 de maio de 2017**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos dos Srs. Vereadores Carlos Rabaçal e Fernando José, por não terem estado presentes nesta reunião.

3. **Deliberação n.º 180/17 – Proposta n.º 12/2017 – GAP – Retificação à Deliberação 161/17**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 7, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

4. **Deliberação n.º 181/17 – Proposta n.º 04/2017 – GATUR – Aceitação de doação no âmbito de eventos realizados pelo Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 8, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 182/17 – Proposta n.º 41/2017 – DAFRH/DIGEF – 2.ª Alteração ao Orçamento da Receita, 5.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipais e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 9 a 15, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

6. **Deliberação n.º 183/17 – Proposta n.º 42/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Reversão de parcela de terreno, sita na Quinta do Paraíso, cedida em direito de superfície à União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 e 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 184/17 – Proposta n.º 43/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência do direito de superfície sobre uma parcela de terreno, sita Na Rua de São Pedro – Bairro dos Pescadores, à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental)**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19.

Sr. Vereador Luis Rodrigues – É evidente que vou aprovar quer esta proposta bem como a seguinte, porque versam sobre a mesma matéria, são dois terrenos diferentes, mas a questão é a mesma.

É um processo que já deveria ter sido resolvido há mais tempo. Quando li este processo vi que o problema era de financiamento. Se eles quiserem pedir apoio ao Estado ou a outras entidades têm que ter esta situação legalizada. Achamos que já poderia ter sido feito há mais tempo. Era apenas essa estranheza e as interrogações que aqui tinha de não ter sido há mais tempo.

Sra. Presidente – Apenas existiam protocolos, não havia a questão do “Canon Superficiário” e isso limitava-os a ter outro tipo de responsabilidades perante o fisco, etc., etc... e por essa mesma razão é que só existiam protocolos. Existem alguns projetos comunitários que a instituição pretende avançar, mas como é-lhes pedido uma certidão do direito de superfície, e como aquilo não lhes pertence, importa que se aprove a dispensa da cláusula de “Canon Superficiário”.

4

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 185/17 – Proposta n.º 44/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência do direito de superfície sobre uma parcela de terreno, sita no Vale de Cerejeiras, à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental)

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 186/17 – Proposta n.º 11/2017 – DURB/DIPU/GAMOT – Condicionamentos de trânsito na EN 379-1 e acessos às praias da Arrábida – Época balnear 2017, União das Freguesias de Azeitão e União das Freguesias de Setúbal

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23 e de seguida fez a seguinte explicação:

Sr. Vice-Presidente – Sabendo dos problemas da acessibilidade às praias a Câmara Municipal tem vindo, ao longo dos últimos anos, a insistir junto da Infraestruturas de Portugal, no sentido de encontrar uma solução, para que as praias possam passar para a gestão do município, não numa passagem de assumir todas as responsabilidades. A Câmara Municipal, face ao que está em jogo, devido aos condicionalismos e aos riscos que as pessoas correm no período de verão, tendo em conta a quantidade de pessoas e sobretudo de carros, que procuram ter acesso a estacionamento que não existe e circular naquela estrada, entende que têm que ser feitas alterações naquela estrada para melhor controlar o acesso, mas de acordo com o Regulamento de Infraestruturas de Portugal não é permitido que se façam essas intervenções. Por essa razão é necessário que a gestão passasse para a Câmara Municipal para que se possa fazer os investimentos necessários, como forma de organização para a circulação e estacionamento, a fim de beneficiar e dar garantias de segurança a quem frequenta as nossas praias. Já há vários anos que andamos nesta luta. A Infraestruturas de Portugal encontra dificuldades do ponto de vista legal, para encontrarmos uma solução. Ainda não foi possível este ano, assinarmos um protocolo, que está praticamente concluído e que teria a duração de três meses. Mas, da conclusão a que chegámos e da avaliação feita pelos serviços técnicos, não podemos fazer um investimento e ao fim de três meses retirar toda a intervenção que será projetada. Significa que não faz sentido fazer um protocolo por três meses. É importante dizer que por parte da Infraestruturas de Portugal tem havido essa tentativa de perceber o que está em causa, mas ainda não foi este ano que conseguimos esse objetivo.

Eu e a Senhora Presidente pedimos uma reunião à Senhora Ministra da Administração Interna, no sentido de ver a possibilidade de garantir melhores condições ao controlo da circulação por parte das forças policiais, que têm competência de jurisdição naquela estrada. Foi-nos transmitido que a Senhora Ministra iria desenvolver todos os esforços no sentido de reforçar o número de efetivos, durante este período da época balnear, para aquela estrada. A época balnear nas nossas praias decorre entre 10 de junho e 17 de setembro.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Em relação à proposta e à intervenção do Senhor Vice-Presidente André Martins, dizer que é um assunto que nos preocupa todos os anos.

Este ano tem havido e ainda bem, uma pressão turística muito grande em toda a região, por isso é espetável que haja mais visitas às nossas praias, até pelo prémio que recentemente a praia de Galapinhos ganhou num site online muito conhecido.

Tenho tido alguns contactos de colegas meus de Lisboa, que me perguntam onde é que exatamente a praia de Galapinhos. Há uma curiosidade tal, e ainda bem para nós, que este ano vai acrescentar uma pressão muito grande em toda esta zona. Os habituais utentes desta praia, de há vários anos, vão ter dificuldades em utilizar a praia devido à publicidade que a mesma teve.

Gostaria de saber qual foi o “*feedback*” que tiveram face ao ano passado, sobre o tempo destinado aos transferes, com uma frequência de 20 minutos, porque em determinada altura surgiram queixas que este horário não era possível ser cumprido, uma vez que os automobilistas estacionavam nos dois sentidos, dificultando a passagem dos autocarros. Não seria necessário prever um reforço desta frequência? Não seria necessário que em determinados dias comesçassem por fazer mais cedo o transfe, do que o dia 1 de julho? Porque em junho irá haver uma grande afluência.

Estará previsto este afluxo superior?

Uma vez que houve queixas o ano passado e face àquilo que são os relatórios, bastam estes 20 minutos ou não?

No futuro, está nos horizontes da Câmara, proibir o tráfego exceto a viaturas devidamente identificadas e transportes públicos?

Sr. Vice-Presidente – As questões que colocou, obviamente que foram discutidas dezenas de vezes nas reuniões entre várias entidades. Como se sabe a Câmara Municipal é a única entidade que não tem competência nesta matéria, mas assumimos a responsabilidade de reunir os outros e de procurar que eles reflitam e encontrem soluções.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não tendo a responsabilidade fica sempre com o ónus, quando acontece qualquer coisa. Todos nós sabemos disso.

Sr. Vice-Presidente – As Câmaras Municipais têm essa situação, que também é reconhecida por todos. Qualquer coisa que acontece no território, independentemente da competência ou não do município, é sempre o alvo de questionar sobre o porquê daquilo que acontece. Mas nós fazemos o nosso papel dentro daquilo que é possível e estamos a ir no sentido de assumir responsabilidades, que podem ser discutíveis, ao assumir uma estrada daquela natureza. Isso depende da forma como nos sentimos, tendo em conta os riscos que se vivem naqueles dias da época balnear, em relação aos setubalenses, aos azeitonense e àqueles que nos visitam. Estamos a desenvolver esforços e ir além do que eventualmente poderia ser considerado como a nossa competência e a nossa responsabilidade.

Ainda bem que se referiu à questão dos transportes de 20 em 20 minutos da Secil, para agradecer publicamente à Secil a disponibilidade que tem tido ao longo dos anos, de um parque de estacionamento com cerca de 300 lugares, que é extremamente importante, para que maior número de pessoas tenha acesso à praia da Figueirinha em transporte público.

O parque tem capacidade de 300 lugares e daquilo que é a avaliação dos responsáveis da Secil e dos nossos serviços, 20 minutos é um tempo razoável para que tudo isto possa funcionar. O problema que se coloca, é que os autocarros às vezes têm dificuldade em funcionar de 20 em 20 minutos, porque as pessoas vão para a praia e estacionam o carro onde quer que seja. Muitas das vezes verificamos os carros inclinados na beira da estrada em ambos os lados, que impede a circulação fluente dos autocarros da Secil. Esta é que é a questão. Certamente que todos tiveram conhecimento de uma situação extrema, que aconteceu o ano passado, em que o motorista dos TST abandonou o autocarro no meio da estrada. Hoje podemos achar uma situação muito caricata, mas perante uma pressão dos utentes do autocarro, com o facto de o autocarro ficar preso no trânsito, podemos verificar como terá ficado o motorista do autocarro. De acordo com a avaliação que fazemos, não é a

questão do período de 20 minutos que está em causa, mas sim o facto de não poder cumprir a ligação em 20 minutos por causa desta situação que acabei de dizer.

Relativamente à questão que colocou quanto ao futuro. O trabalho que temos vindo a fazer e das avaliações que temos feito é de criar as condições para que as pessoas possam ir à praia de transporte público. Terá que ser um transporte público com frequência, com qualidade e com garantias para quem o utiliza e terá que ter um preço adequado. São esses estudos que os nossos serviços têm feito, que vão no sentido de reduzir significativamente a frequência de carros particulares naqueles troços.

O troço entre a Figueirinha e o Creiro não tem viabilidade e é aí que reside o grande risco e o grande perigo, porque depois de passar o túnel da Figueirinha não há retorno. Agora vamos ver se a GNR consegue controlar esta situação, mas isso certamente que nos ultrapassa, no entanto, foi por isso que tivemos esta iniciativa junto da Senhora Ministra, no sentido de garantir o número suficiente de militares da GNR, sobretudo no troço entre a Figueirinha e o Creiro, por forma a limitar e a garantir que a circulação seja feita apenas num só sentido e que o estacionamento seja possível num só sentido, em condições que a própria GNR definirá.

Pedimos uma reunião ao Senhor Ministro das Infraestruturas, com carácter de urgência, para colocar esta questão que estamos a debater com o IP (Infraestruturas de Portugal) o qual não consegue ultrapassar a situação da cedência além da época balnear. Foi-nos dito que por dificuldade de agenda, ficou num processo de agendamento com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, no sentido de ultrapassar este problema, para que a Câmara Municipal possa ficar com a gestão da estrada ao longo de todo ano. Deste modo, os equipamentos e os investimentos que a Câmara possa vir a fazer naqueles troços poderão ficar para sempre, sem conflitar com o Regulamento Interno da Infraestruturas de Portugal.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 187/17 – Proposta n.º 12/2017 – DURB – Minuta do contrato de subconcessão de terreno – Estação Intermodal de Setúbal – Praça do Brasil – União das Freguesias de Setúbal

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 a 27 e de seguida fez a seguinte explicação:

Sr. Vice-Presidente – Esta iniciativa que já vínhamos anunciando a algum tempo, possibilitou a aprovação de uma pré-candidatura para esta estação rodoviária na Praça do Brasil, fazendo assim o interface entre os transportes rodoviários e os transportes ferroviários. A candidatura vai ser apresentada até final deste mês, o projeto de execução está concluído. A candidatura obedeceu a todos os critérios que foram estabelecidos para sair uma candidatura ganhadora.

Este investimento da ordem dos dois milhões, quatrocentos e dez mil euros, em termos globais implica um investimento da Câmara Municipal, na comparticipação de um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil euros.

Com este investimento cria-se uma nova estação rodoviária, fundamentalmente para os transportes que fazem a ligação intermunicipal, regional e nacional e permite que junto à Praça do Brasil se possam estabelecer as áreas de paragem para largar e apanhar passageiros que venham no comboio ou que venham nos expressos. Concentrar naquela zona da cidade uma situação que favorece extraordinariamente quem utiliza os dois meios de transporte ferroviário/rodoviário e que ao mesmo tempo precisam de fazer a ligação com os transportes urbanos e suburbanos, os quais passarão a circular na Av. Portela/Praça do Brasil. Desta forma vamos permitir um forte descongestionamento de toda uma área do centro histórico, que é a zona da Av. 5 de Outubro. Os expressos, bem como os transportes

4

de vias urbanas e suburbanas que se dirigem todas para o centro da cidade, vão deixar o centro histórico e passam a concentrar-se naquela zona.

O estudo que foi feito no plano de mobilidade aponta para uma entrada dos expressos em Setúbal e a sua circulação será feita em vias com capacidade para poderem circular sem quaisquer constrangimentos, dirigindo-se à estação intermodal na Praça do Brasil, circulando pela rotunda da Tebaida e voltando ao mesmo percurso para apanhar a autoestrada. Esta forma beneficia extraordinariamente a cidade de Setúbal, retirando do centro da cidade umas dezenas largas de autocarros, que todos os dias circulam no centro da cidade. Isto beneficia a qualidade de vida e o ambiente urbano e é um incentivo para que muitos setubalenses passem a utilizar o transporte público, dadas as facilidades que este projeto cria. Trata-se de um grande projeto para a cidade e para o futuro desenvolvimento sustentável nos transportes públicos. Aquela pressão que existe em torno da estação rodoviária na Av. 5 de Outubro, em que todos os passeios da envolvente ficam cheios de carros, entre as 7.00 horas e as 19.30 horas, significa que dentro desse horário é impossível estacionar no Bairro Salgado. Nunca é demais dizer que este é um investimento que melhora significativamente esta qualidade de vida, o bem-estar das populações e um incentivo à utilização do transporte público, pelas condições mais favoráveis que irão ser criadas.

Para além da estação rodoviária, o investimento também se destina à construção de um parque de estacionamento subterrâneo, com uma capacidade superior a 120 carros, o que é muito importante. Foi feito um estudo de viabilidade económica para este investimento, que os Senhores Vereadores poderão consultar, que teve em conta os custos que o IP, entidade que tem a jurisdição daqueles terrenos, considerou que era o mínimo que se poderia fazer para este projeto.

No estudo de avaliação económica e financeira de investimento, estima-se que o retorno seja atingido ao fim de 43 anos. Esta cedência é por 50 anos o que significa que o investimento que a Câmara Municipal vai fazer, terá em conta os custos de manutenção, conservação, bem como as receitas que se espera vir a ter de uma gestão por parte da entidade ganhadora do concurso dos expressos, e de outra entidade gestora do estacionamento da cidade e permitirá que aquele parque de estacionamento possa entrar numa outra forma de concessão.

Está previsto que esta obra leve um ano e meio a dois anos para ficar concluída. Isto significa que toda esta realidade da cidade, no que diz respeito a este aspeto, vai ser bastante alterada.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove a minuta do contrato de subconcessão do terreno, da estação intermodal de Setúbal/Praça do Brasil, que inclui a estação rodoviária, o parque de estacionamento e um espaço com cerca de 200 metros, que será a zona que já está construída e que é da estação ferroviária, que servirá para a bilheteira e área de estar das pessoas que utilizam estes transportes.

Sr. Vereador Luis Rodrigues – Esta proposta é por mim acarinhada há muito tempo e realista.

Na anterior campanha eleitoral sempre defendi esta solução, considerando aquilo que existe na cidade, considerando a atual rede de transportes, considerando o enquadramento urbanístico, considerando as necessidades, considerando as capacidades, esta é a solução para alguns dos problemas existentes.

A minha pergunta vai naquilo que esta maioria, quando se candidatou há uns anos, continua a insistir na mesma coisa. Trata-se de um terminal rodo/ferroviário e percebo que todos nós gostaríamos de ter o melhor dos mundos, enquadrando isto com um terminal aeroportuário, mas não é por aí. Nesta cidade há algum tempo se fala nisso, que para a atual maioria é um cavalo de batalha, mas que não o concretizou, porque era uma proposta irrealista, a criação nas Fontainhas de um terminal rodo/ferro/fluvial. Mas só poderia ser um terminal rodo/ferro/fluvial se fosse um terminal parcial e não o grande terminal, porque para fazer o grande terminal falta uma das componentes muito importantes, que é ter a rede ferroviária em pleno, junto ao rio e isso não será nos próximos tempos. Estas promessas que se fazem em

h

campanha eleitoral, provam que ao fim destes quatro anos temos que ter alguma contensão, mas a CDU, o PCP e o PEV continuam a insistir. Agora que vamos para uma nova campanha eleitoral a CDU continua a insistir na mesma coisa.

Vamos fazer um investimento bem feito neste terminal rodo/ferroviário. Como é que vamos compatibilizar isto?

Com uma promessa que já está nos jornais, mais uma vez, para as Fontainhas a criação de um terminal rodo/ferro/fluviál, que só não é aeroportuário, porque o aeródromo é na Sapec.

Senhora Presidente gostava que me explicasse, aos setubalenses e aos azeitonenses, como é que querem fazer dois investimentos, não sei se da mesma dimensão ou ainda maior?

O ótimo é inimigo do bom!

Era importante sabermos aquilo que pensam para eventual terminal das Fontainhas. Não sei se é uma ligação daquela única linha ferroviária que existe, para ligar umas camionetas?

Será que irão fazer um passadiço ou um tapete rolante entre o terminal fluviál e este na Praça do Brasil?

Até pode haver uma solução, mas realisticamente não estou a ver como é que se pode fazer isto! Por isso é que a atual maioria também não se abalçou a apresentar nada, tal como aqui se encontra nesta proposta, de forma concreta e realista, a qual vou aprovar. Não me parece que se faça outro terminal em tempo, com que tipo de investimento e para quê?

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – A política da sanduiche dá nisto!

Considero que esta é uma proposta que é estratégica para a cidade. Em torno disto poderão haver intervenções como esta que acabámos de ouvir, do Sr. Vereador Luis Rodrigues. Só poderia fazer uma intervenção destas, alguém desprovido de conceção estratégica. Não será o seu caso, mas pelos vistos também adotou argumentos desses, tentando desvalorizar as coisas.

Esta decisão é o cumprimento de uma promessa estratégica da CDU em Setúbal. Não há promessas estratégicas a três ou quatro anos. Ninguém falha uma intervenção de regulação estratégica do funcionamento da cidade, se no primeiro ou segundo mandato não tiver a participação e a coordenação de autoridades e entidades diversas, com as quais o município tem que fazer o papel de árbitro e de promotor das competências alheias. Esse é o mérito de uma gestão autárquica, conseguir movimentar as decisões nas instâncias certas que confluem para o interesse da cidade. Não é uma decisão isolada, é no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbanístico de Setúbal, na componente da mobilidade sustentável. Estes documentos estratégicos levaram entre um a dois mandatos a ser preparados, porque não é uma coisa que se faça de um momento para outro.

A importância que esta decisão tem já fora das promessas, porque está aqui o contrato de concessão, está em candidatura, é para fazer, existem valores, existem custos que se percebe que é viável e não é uma promessa de campanha.

O Senhor Vereador pode considerar que é promessa de campanha o terminal rodo/ferro/fluviál das Fontainhas, mas no momento que aparecer com o mesmo trabalho, de idêntica natureza, de confluência, de competências e de vontades de várias instituições uma solução para aquele espaço, nessa altura, aqui ou no Alentejo, o Senhor Vereador vai perceber de que aquela gente pensa à distância.

Quando a delegação da gestão da EN 10-4 vier para a Câmara, há soluções de descongestionamento do acesso e de alívio de riscos. Infelizmente pelas entidades com competência própria não tem sido possível, por isso podem estar descansados que se for com este projeto e com este modo de trabalhar que se tem vindo a seguir, esse risco tem de desaparecer.

O desaparecimento destes riscos na EN 10-4, a criação desta estação intermodal na Praça do Brasil, a estação das Fontainhas, a construção da circular externa e aquilo que já ouviram falar nos estudos estratégicos no plano de mobilidade, certamente que não serão até final do próximo mandato, mas é com o trabalho que faremos durante o próximo mandato e que viabilizaremos a concretização destes projetos.

Isto é a mudança, a modernização e a expansão desta cidade no sentido do progresso.

1

Esta decisão é estratégica e julgo que sai da categoria de “promessas eleitorais”, mas depois é preciso arranjar outras, podendo-se colocar a promessa das Fontainhas, que na realidade se trata de um objetivo de estratégia, sim! Que será concretizada por nós, sim! Tal como outras, que no plano estratégico já foram apresentadas, que coerentemente se interligam. Significa que nós damos corpo às estratégias que formulamos e que mandamos estudar e preparar tecnicamente como deve ser.

Esta decisão é relativamente histórica para o município de Setúbal e vem confirmar que há uma intervenção na cidade para tornar esta cidade mais moderna.

Até pelas consequências adicionais que se começam a visualizar mais facilmente, com este terminal acaba por se criar uma centralidade de mobilidade e percebe-se melhor a criação de um pavilhão multiusos na Praça de Touros. A acessibilidade de transportes próximo de um equipamento destes fica logo à vista, assim como se percebe melhor a localização dos serviços técnicos da Câmara mais próximo desta zona, como se percebe melhor outras coisas que têm sido polémicas em Setúbal e que rapidamente deixarão de o ser.

É uma decisão de estratégia que esta Câmara teve oportunidade de tomar hoje e da qual nos devemos orgulhar, no seguimento de uma estratégia que é coerente, que tem sido concretizada com a maior capacidade de preparação técnica e decisão política na hora certa.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Esta proposta é pacífica, no sentido de aprovação por unanimidade, por todos os partidos políticos que já defendem há muito tempo a inclusão ou o alargamento da estação ferroviária para rodoviária. É uma solução que não levanta questões políticas de maior. Tivessem elas avançado há mais tempo!

Qual o destino que vai ser dado ao atual terminal na Av. 5 de Outubro “Belos”?

Eventualmente seria o sítio perfeito para ter um silo-auto com dimensões para poder servir toda a baixa comercial. Em tempos já ouvimos falar numa superfície comercial. Não sabemos se se vai avançar ou não? O que vai ficar naquela zona?

No anexo 2 da proposta trata-se de uma planta que tem a identificação de duas parcelas, sendo que a parcela “A” é o parque de estacionamento do lado nascente da linha do caminho-de-ferro. Fiquei com algumas dúvidas, porque refere “potencial construtivo”. Está-se a prever que toda aquela zona deixe de ser um parque de estacionamento e passe a ter um potencial de construção. E o quê?

Se é assim, não estaremos a reduzir drasticamente o número de lugares disponíveis?

Tudo aquilo que foi dito faz sentido. Aquilo que está na proposta prevê tarifar todo o estacionamento envolvente, na Praça do Brasil, onde as pessoas estacionam o carro o dia inteiro para fugir ao pagamento do parque de estacionamento. Passa a ser tarifada toda essa zona, de modo que as pessoas procurem o estacionamento ordenado, mas há uma redução do número de lugares de estacionamento neste momento. O que está previsto são cerca de 120 lugares, mas se retirarmos o parque superior, há uma grande redução.

Neste protocolo esta parcela passa para as mãos da Câmara ou mantém-se nas mãos do IP?

O que vai acontecer na envolvente, não tanto da proposta em si?

O que é que vai ser na zona que deixa de ter a função de estação rodoviária?

Sr. Vice-Presidente – Responder diretamente ao Sr. Vereador Paulo Lopes. Atempadamente já tinha dito em reunião de Câmara, que contactámos com todas as entidades que estão relacionadas com todo este processo, incluindo e apostando com quem tem a concessão dos transportes expressos. Foi transmitido à empresa que tem a concessão dos expressos, cujo período de concessão termina no próximo ano, aquilo que iríamos fazer. A empresa solicitou-nos uma carta para explicitar melhor, para que a administração pudesse avaliar, a carta foi enviada, mas até hoje não obtivemos resposta. Sabemos que nos investimentos dos privados não somos nós que decidimos, mas foi transmitido que da nossa parte havia toda a disponibilidade para avaliar as propostas que eles quisessem apresentar, designadamente o silo-auto ou uma superfície comercial. Certamente que sendo uma superfície comercial terá obviamente estacionamento. Para a cidade ter naquele espaço um centro comercial é uma forma de dinamizar toda a área comercial da baixa. Se se criasse um centro comercial na



baixa era uma forma de trazer mais gente para a baixa e o comércio tradicional dar mais um salto em frente. Quanto à questão do silo-auto, para a cidade era extremamente importante, uma vez que ficava à beira do centro histórico e à beira da zona comercial. Deixámos toda essa abertura, mas não houve resposta à carta que apresentámos.

Entretanto desenvolvemos todo um outro processo, no sentido da concretização do projeto, para que a candidatura seja apresentada com garantias. Trata-se de um pacote da Área Metropolitana, com uma distribuição de verbas aos municípios para os vários projetos. Se nós cumprirmos com aquilo que são os critérios para aprovação da candidatura, certamente que será uma candidatura ganhadora. Todos os critérios que estão identificados neste momento estão cumpridos, incluindo a tal maturidade com a elaboração do projeto de execução.

Voltaremos a contactar a empresa que atualmente é responsável pelos autocarros expressos, no sentido de chamar a atenção que nós mantemos toda a disponibilidade para equacionar qualquer solução, que do ponto de vista económico seja positivo para a empresa. Estamos todos de acordo de que, no dia em que o terminal rodoviário estiver construído e a funcionar na Praça do Brasil os autocarros expressos não circularão mais no centro da cidade. Naturalmente que a Câmara Municipal tem competências para intervir nesse sentido. Em 2018 será aberto novo concurso para os autocarros expressos e provavelmente a própria empresa estará na expectativa de saber o que irá acontecer.

Relativamente à questão das áreas A e B que estão identificadas na planta. É óbvio que o IP procura defender todos os interesses do património que tem sob sua jurisdição. A questão que é colocada com a revisão do PDM considera a possibilidade de atribuir outros usos àquelas duas áreas, sendo que uma das áreas está construída com as instalações e outra área com o parque de estacionamento. Houve uma questão que ficou muito clara tanto para o IP como para a cidade, é fundamental garantir estacionamento. Houve uma questão que o IP reconheceu, não tinha sido uma boa solução a adjudicação daqueles parques nas condições em que o fizeram, porque o resultado está à vista, os parques estão desertos, por essa razão o IP considera a possibilidade da própria Câmara ou da empresa que um dia possa vir a gerir o estacionamento na cidade, poder também incluir a gestão daquele parque. Independentemente do uso que o PDM ou outro instrumento de planeamento venha a dar a essa área do parque de estacionamento, há de ficar sempre garantida o estacionamento. Tudo isto foi discutido com o IP e com os respetivos os técnicos. O IP procura ter garantias de um dia, caso surja uma unidade que se queira instalar naquele espaço, tenha todas as condições para o poder fazer. Por essa via o estacionamento será sempre garantido com o atual PDM e com as revisões do PDM as questões do estacionamento para as áreas comerciais não de se manter.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Esta cláusula primeira está confusa: *“Pelo presente contrato a IP confere à subconcessionária (a Câmara) a utilizar por sua conta e risco o terreno e espaços, com área de 5.820m² e espaço da estação ferroviária que pertencem ao domínio público assinalados na planta anexa”* (anexo 2). Como o que está aqui assinalado é A e B, dá a ideia de que a Câmara também vai ficar com este espaço, por essa razão achei estranho a Câmara estar a potenciar lotes com potencial construtivo. Fiquei a perceber agora que estes terrenos são do IP. Não é? É isso Senhor Vereador?

Sr. Vice-presidente – Esses terrenos são da jurisdição do IP.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Acho que a redação está confusa, porque remete todos estes espaços para a Câmara Municipal, ficando da responsabilidade da gestão, tal como está especificamente no “A” e “B”. Foi esta a minha dúvida que julgo deveria ser retificada. Mas da minha parte e das questões que coloquei estou perfeitamente elucidado.

Sr. Vice-presidente – A questão do “A” e do “B”, são das áreas que não ficam sob a gestão da Câmara Municipal. Na planta, no anexo 2 refere “Identificação parcelas A e B – valorização imobiliária”.



Sr. Vereador Paulo Lopes – No texto, na cláusula n.º 1 não fala nada disso.

Sr. Vice-presidente – Mas os juristas passaram bastantes meses em torno destas questões. O que está acordado é isto e está aqui clarificado que são aquelas duas áreas. Quanto à intervenção do Senhor Vereador Luis Rodrigues gostaria de informá-lo do seguinte. Há quem diga por aí, que a Câmara Municipal faz umas promessas ou que a maioria CDU faz umas promessas e depois não cumpre, mas nós não temos esse registo e cada um interpreta conforme bem entende. Utilizando a sua expressão, temos feito promessas, mas o que fazemos são compromissos com a população, são coisas diferentes. Os compromissos que estabelecemos com a população, mesmo os mais arrojados, que têm uma designação “onde há mais ambição” têm vindo paulatinamente a ter resultados concretos. Este é um exemplo! O terminal multiuso/interface das Fontainhas está incluído num documento que foi uma revisão do PROT-AML, em que todos os técnicos dos municípios e a CCDR participaram na altura. Nesse documento de “Alteração ao Plano de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa”, está preto no branco a consideração da importância deste terminal para Setúbal, sobretudo na relação da Área Metropolitana com o litoral Alentejano. O Senhor Vereador sabe que esta iniciativa de alteração ao PROT, que foi da CCDR, incluía equipas técnicas da especialidade em várias matérias e também incluía os responsáveis da Administração Central. Quando as entidades da Administração Central aceitaram naquele documento, concordaram que se inscrevesse isto como um objetivo central para o desenvolvimento, para a mobilidade, para a relação da Área Metropolitana de Lisboa com o litoral Alentejano e com o sul do país. Não é apenas uma coisa que saiu da cabeça da maioria da CDU. Trata-se de um estudo que foi ponderado, refletido e aceite a sua colocação. O executivo CDU, atempadamente já tinha apresentado essa proposta. Essa alteração ao PROT veio a ser metido na gaveta pelo Governo que se seguiu. Trata-se de um documento que foi elaborado com responsabilidade. Trata-se de uma iniciativa onde todos os organismos da Administração Central estão envolvidos e também todos os municípios. Aquilo que apresentamos como propostas não são coisas que um dia hão de acontecer, se acontecerem (terá sido isto que o Senhor Vereador quis dizer). Só não está neste momento o projeto elaborado, porque os critérios desta candidatura não aceita só projetos, terá de ser garantida execução de obra no prazo, por isso só não contratámos uma empresa para elaborar o projeto, porque ele não podia entrar na candidatura que só permite obra. Tanto a APSS, a REFER e o IP têm tido reuniões técnicas no sentido de encontrar e perspetivar investimentos futuros, designadamente na área do IP para a infraestrutura. Da parte da administração portuária, neste momento, existe uma grande abertura para se trabalhar nesta área, ao contrário de uma administração anterior. Sabemos que há investimentos que estão sujeitos à vontade política para resolver este problema, sobretudo do túnel do Quebedo, sendo que a REFER não deixou de considerar esta possibilidade.

Do que se trata aqui é de haver perspetiva de negócio e a perspetiva de negócio existe. Se os comboios da Fertagus passarem a fazer a ligação da Praça do Brasil às Fontainhas, o próprio concessionário pode avançar para garantir este investimento. Quando trabalhamos nestes projetos, trabalhamos com os pés assentes na terra.

Há quantos anos é que Setúbal tem cheias e com os efeitos devastadores que algumas situações ocorreram?

Nós fomos trabalhando e neste momento temos uma candidatura aprovada e já estão outras com aval para serem viabilizadas, para se poder abrir o aviso a outra candidatura de investimento, sendo uma delas para a Várzea que já está aprovada e a outra para a Ribeira da Figueira, (Esta última já tem a disponibilidade de abertura do aviso para a candidatura). Para além da construção de uma bacia de retenção para prevenir as cheias, toda aquela zona vai ser intervencionada. Relativamente à Várzea também andámos a “prometer” (no dizer do senhor Vereador) construir o Parque da Várzea. Acho que o Senhor Vereador já percebeu que não são promessas, mas sim compromissos e que o Parque da Várzea vai avançar, logo que termine a obra das bacias de retenção que vão ser construídas no Parque da Várzea e que têm os financiamentos garantidos.

Temos ouvido falar que não conseguimos cumprir tudo aquilo que prometemos. Ainda não construímos a Biblioteca nem construímos o Terminal 7, no entanto, temos feito tanta coisa, com alguns investimentos difíceis, convencendo uma série de entidades que estão envolvidas, no sentido de viabilizar a execução dos respetivos projetos, para a abertura das candidaturas, etc., etc...

A nova Biblioteca e o Terminal 7, como o Senhor Vereador sabe, não existe no atual Quadro Comunitário a possibilidade de diretamente obter candidatura, mas nós estamos a trabalhar no sentido de que um dia destes, estas coisas possam acontecer. Toda a zona ribeirinha está em transformação e os resultados estão à vista e estes dois investimentos ficam situados na zona ribeirinha ou muito próximo, não posso dizer que estejam garantidos para amanhã, mas posso afiançar que existe caminho feito no sentido de em breve prazo poder haver financiamento para estas duas obras, que são muito importantes e que são compromissos que nós assumimos, porque beneficiam a qualidade de vida e os objetivos dos setubalenses.

Que compromisso é que assumimos que não avançámos?

Em Azeitão, numa altura em que os investidores ainda acreditavam na evolução da construção civil, anunciámos que iríamos contruir uma nova centralidade em Brejos de Azeitão. Naturalmente que se trata de iniciativa privada com obra pública. Como o município de Setúbal tem dificuldades financeiras (apesar de não estar em rutura financeira como alguns dizem), tal como a maioria das restantes Câmaras, podíamos receber as taxas dos investidores e incluir o dinheiro no nosso orçamento ou metê-lo em caixa, mas a realidade é outra e não é isso que fazemos. Como se tem visto, a obra pública de milhões de euros de investimentos tem sido feita por conta das taxas que o município devia receber e não recebe, mas de imediato coloca o investimento com muita rapidez nos contratos de urbanização e viabiliza todos os investimentos que se podem verificar. Anunciar aqui que está para breve o avanço desse projeto, que em 2010 não foi possível avançar, mas que dentro de pouco tempo o compromisso que foi estabelecido irá ver a luz do dia.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Para não deixar dúvidas no Senhor Vereador Paulo Lopes, em relação a algum equívoco na redação. O que está na redação das cláusulas do contrato de concessão está bem. O objeto do contrato de subconcessão é o que está na cláusula primeira, que são os 5.821 m², na cláusula segunda estipula o prazo, na cláusula terceira apresenta as condições, a contrapartida surge na cláusula quarta e na cláusula quinta é que se encontram as obrigações acessórias, que se relaciona com a envolvente, onde são mencionadas as áreas “A” e “B”, do anexo 2, para que o município cumpra a sua função de gestor do planeamento urbanístico desta área.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Em relação a essa questão fiquei esclarecido com a intervenção. Da leitura que fiz do documento não o faço assim tão linear, mas da intervenção está esclarecido, para mim isto não é assunto.

Sr. Vereador Luis Rodrigues – Agradeço a grande intervenção de campanha eleitoral do Senhor Vice-Presidente. Foi elogiada como uma intervenção de fundo desta reunião de Câmara. O Senhor Vice-Presidente referiu algumas das coisas que não eram muito importantes, umas coisinhas que não foram feitas, mas que a seu tempo será dito. Também se referiu às questões realistas e irrealistas, das quais não vou falar sobre isso.

A intervenção do Senhor Vereador Manuel Pisco despertou-me para uma coisa que nunca tinha aqui falado, mas que já a tinha ouvido e que me preocupa. As entidades públicas, nomeadamente a Câmara Municipal tem o dever de contrariar aquilo que vemos, que é a desertificação dos centros. Conheço algumas localidades, até mesmo deste distrito, em que alguns municípios têm feito ao contrário, ajudam a desertificação do centro. Uma das coisas que o Vereador Manuel Pisco disse, deixou-me muito preocupado e espero que não tenha ouvido mal, que é a deslocalização do edifício dos serviços técnicos para um edifício eventualmente privado junto à estação ferroviária. Isto foi o que disse ou estou a ouvir mal?

Se assim for, estamos mais uma vez a retirar do centro histórico os serviços públicos. Percebi que iriam levar os serviços técnicos para junto da estação ferroviária. Isto está escrito nalgum lado? Já foi debatido? Na reunião de Câmara não foi. Gostava de saber se era essa a intenção da CDU, em retirar os serviços técnicos do centro e levá-lo para junto do terminal ferroviário.

Sra. Presidente – Está fechada a compra do edifício da EDP para futuras instalações da Câmara Municipal de Setúbal. A Câmara Municipal de Setúbal não vai ser deslocalizada, nem do Edifício Sado nem os Paços do Concelho. Vai ser centralizado naquele edifício todos os serviços que estão espalhados por vários edifícios. O Edifício Sado fica como um arquivo principal e a parte de baixo ficará com todas as áreas sociais, bem como com os Julgados de Paz, a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e respetivos serviços de apoio. O edifício da EDP irá recolher todos os serviços que estão espalhados pelo município.

Não era para dizer, mas como nos estão a ajudar tive que dizer. Depois não digam que é campanha eleitoral. Andamos há mais de cinco anos à procura de um espaço para centralizar os serviços. Já veio a reunião de Câmara e à Assembleia Municipal várias propostas nesse sentido. Inicialmente era para ficar no “Plaza Center” e neste momento como a EDP não quer aquelas instalações resolvemos fazer esse negócio. Todos os serviços que estão descentralizados, em espaços que agora estão alugados, ao ficarem centralizados num único edifício do município rentabilizarão muito mais. Os Julgados de Paz que estão num espaço arrendado e que é muito dispendioso vão para a parte debaixo do Edifício Sado, a CPCJ que tem espaços arrendados vai para o primeiro andar do Edifício Sado. No último piso ficarão os técnicos do arquivo, enquanto o 2.º, 3.º e 4.º andar destinam-se ao arquivo municipal. Todos os outros serviços, como a Educação, a Inclusão Social, o Urbanismo, as Obras Municipais irão para o edifício que atualmente é da EDP, que fica no centro da cidade. O edifício da EDP não precisa de obras, contrariamente ao edifício “Plaza Center”. A EDP irá iniciar a construção de um edifício mais pequeno, que fica a caminho de Poçoilos e quando saírem do atual espaço, que levará cerca de um ano, todos os serviços da Câmara que referi iniciarão as suas funções nesse novo espaço. Este edifício não tem necessidade de grandes obras, tem refeitório, um pequeno bar, um auditório para reuniões mais alargadas, um posto médico, uma sala de reuniões em cada um dos pisos, estacionamento atrás, ao lado e subterrâneo, infraestruturas de informática, tem painéis fotovoltaicos, na realidade ele está todo equipado.

Tudo a caminhar e Setúbal a transformar-se. Este era um bom “slogan” de campanha, mas não é o nosso.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 188/17 – Proposta n.º 07/2017 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – FESTANIMA

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28 e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 189/17 – Proposta n.º 82/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a

Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 190/17 – Proposta n.º 83/2017 – DCED/DICUL – Apoio ao Grupo Desportivo Independente pela coorganização do XII Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 191/17 – Proposta n.º 84/2017 – DCED/DICUL/GAJUVE – Apoio à Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal (AAIPS)

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 192/17 – Proposta n.º 85/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Sociedade Musical Capricho Setubalense para requalificação das instalações

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 193/17 – Proposta n.º 86/2017 – DCED/DICUL/ GAJUVE – Aceitação de doações – Programa Municipal m@rço.28 – 2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 194/17 – Proposta n.º 87/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro para obras de beneficiação das infraestruturas do Clube Desportivo e Recreativo “Águias de S. Gabriel”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

B) Período destinado à intervenção do público

Isauro Nunes – A minha intervenção vem na sequência de uma questão apresentada na Câmara em 29 abril de 2016, que se prende com uma construção em lugar público. Ao fim de um ano e um mês ainda não há uma resposta, nem há uma solução para esta questão. Entregou cópias do processo.

Narciso Motrena – O meu problema da casa já se arrasta desde 1999. Adquiri uma casa no Bairro da Conceição à qual fiz obras, para criar mais um espaço. A pessoa que comprou a casa ao lado fez obras e prolongou as paredes para o meu terreno. Fiz uma carta a alertar para esta situação. A Câmara continua a acusar-me como sendo o responsável pela construção em cima do meu prédio, quando na realidade foi o prédio ao lado que subiu, partiram-me a placa e construíram por cima da minha casa. A Câmara continua a ameaçar-me com uma multa e diz que tenho que fazer obra. Eu não tenho que fazer obra e tenho que ser indemnizado pelo que me fizeram, porque tenho a casa cair e com muita humidade. Tenho as paredes e o teto a cair, já foram dois desumidificadores para a sucata e tenho dois desumidificadores a tirar água todos os dias.

A obra que fiz clandestina já a paguei.

Ninguém tem o direito de partir o que é meu nem construir por cima daquilo que é meu. Se a Câmara tivesse atuado quando fiz as queixas desde 2002, mas agora já não vale a pena, porque as pessoas já fizeram a obra.

Cláudio Alexandre – Já vivo com problemas na minha habitação desde 2014, com infiltrações provenientes da casa da minha vizinha que é camarária, a qual já teve a visita da fiscalização e foi confirmado o seu estado de degradação. Na sequência das infiltrações tenho o aro da porta da casa de banho a desprender-se da parede e tive que substituir a porta por uma outra de fole, a pintura está completamente degradada. A responsabilidade vai ser da Câmara. Já mandei para a Câmara vários e-mails, com fotos a comprovar toda esta situação, que foi dirigido ao Sr. António Sequeira, mas nada foi feito até agora.

Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Sra. Presidente – Preciso que o Senhor Isauro Nunes me forneça o número do processo, para que os serviços técnicos me informem o que se está a passar. Muitas das vezes há notificações que as pessoas não respondem e nessa altura somos obrigados a ter que levar o processo a Tribunal, que muitas das vezes leva vários anos de resolução. Só lhe vou poder dar resposta depois de ter toda a informação dos serviços.

Relativamente ao Sr. Narciso Motrena, terei que fazer a mesma coisa. Uma vez que acabaram de me dar o número do processo 320/2013, irei contactar os serviços técnicos para me inteirar sobre o estado de resolução e posteriormente será contactado.

Relativamente ao Sr. Cláudio Alexandre irá responder o Sr. Vereador Carlos Rabaçal.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A situação deste munícipe é muito particular, porque por cima da habitação de que é proprietário, existe uma inquilina da Câmara, que é um caso semelhante a alguns casos que temos na habitação social, problemas de foro psiquiátrico. Durante muito tempo tentámos entrar na casa, mas a Câmara apesar de ser senhoria não pode entrar compulsivamente na casa de ninguém sem autorização do Tribunal. Contactámos com Instituições e andámos muito tempo para tentar falar com a senhora, que tinha a casa em estado imundo. São daquelas pessoas que enchem a casa de lixo e com tanta tralha não se consegue entrar na casa. Temos tido algumas respostas pontuais das instituições do concelho para casos semelhantes, mas na esmagadora maioria dos casos não há qualquer resposta, então temos que ir tentando resolver a questão tal como podemos. Finalmente conseguimos entrar nesta casa, porque fomos acompanhados pela mãe da senhora.

Sabemos que a situação vai-se complicar com a vinda de um irmão ex-recluso, o que não irá ajudar muito para a sua resolução. Recebi a mãe e a senhora, que praticamente não diz coisa com coisa, e lá conseguimos fazer um acordo que nos permitisse fazer uma limpeza na casa. A casa agora está melhor, recentemente permitiu a entrada dos nossos técnicos para avaliar a situação e ver a obra necessária. Temos identificada a obra e vamos fazê-la. A senhora é muito reativa e por isso deveria estar numa dessas instituições e isso será uma avaliação que deverá ser feita pelos técnicos competentes e não pelos técnicos da habitação, no entanto não temos tido resposta da instituição em questão. Temos cerca de oito casos idênticos com alguma gravidade nas nossas habitações e como não temos resposta das respetivas instituições, vamos gerindo com os moradores da melhor forma essas situações. Em muitos desses casos, a deficiência mental não é suficiente para internamentos compulsivos, as pessoas rejeitam qualquer tipo de atuação institucional e não há nada a fazer, é uma situação de grande dificuldade para autarquia.

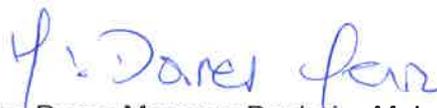
Conseguimos finalmente entrar na casa e identificar devidamente o problema e como tal vamos intervir. Posso ficar com o seu contacto e a breve prazo dizer-lhe exatamente quando iremos intervir. Iremos intervir na casa por cima da sua e assumir a responsabilidade do estrago da sua casa. É uma questão assente, não se preocupe que iremos tratar a situação.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e quarenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

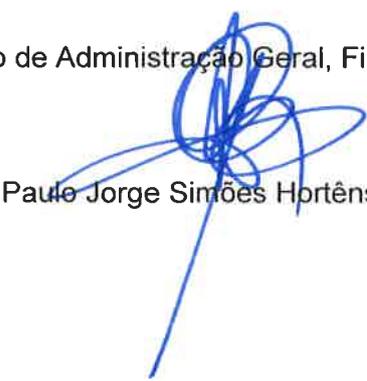
A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 07 de junho de 2017, por unanimidade, contém 17 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Cristina Claro